

**HABEAS CORPUS Nº 570.341 - SE (2020/0078974-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : JOSE ROBSON SANTOS DE BARROS  
**ADVOGADO** : JOSE ROBSON SANTOS DE BARROS - SE005763  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
**PACIENTE** : JAMISSON RABELO CARDOSO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JAMISSON RABELO CARDOSO em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Depreende-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente no dia 8/8/2019 pela suposta prática do crime previsto no art. 180, § 1º, c/c o art. 71, e no art. 288, todos do Código Penal.

*Ab initio*, "Cumpre ressaltar antes de tudo, que o suplicante é primário, bons antecedentes, trabalhador com profissão definida há mais de 13 anos como vigilante patrimonial, carteira de trabalho (doc. em anexo), pai de 03 (três) filhos, dependentes do pagamento de pensão do suplicante, com endereço fixo e família enraizada no estado e com endereço definido na cidade de Aracaju/SE." (fl. 4).

Assevera o impetrante que encerrada a instrução e oferecidas as alegações finais, na qual inclui pedido de revogação da prisão preventiva lastreada na Recomendação n. 62/2020 do CNJ, editado em razão da pandemia da COVID-19, este pleito foi indeferido.

Sustenta que a decisão viola o disposto no art. 316 do Código de Processo Penal por estar fundamentada de forma genérica e ante o excesso de prazo para julgar o feito.

Requer a concessão da ordem liminar a fim de que seja revogada a prisão preventiva do paciente e substituí-la por prisão domiciliar com uso de monitoramento eletrônico, bem como aplicação de outras medidas cautelares.

É o relatório. Decido.

# Superior Tribunal de Justiça

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. **Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente